

## O programa de assistência ao estudante da UNILA: uma análise do perfil de estudantes brasileiros e estrangeiros

Silvana Rodrigues de Souza  
Maria Lúcia Frizon Rizzotto

### Silvana Rodrigues de Souza

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE.

E-mail: silrodsou@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-0509-5956>

### Maria Lúcia Frizon Rizzotto

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE.

E-mail: frizon@terra.com.br

 <https://orcid.org/0000-0003-3152-1362>

### Resumo

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), criada em 2010, durante os governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil, previa em seu projeto original, a participação de 50% de alunos brasileiros e 50% de alunos oriundos de países da América Latina, ofertando diferentes auxílios, para ambos os grupos, no âmbito da Assistência Estudantil (AE) da Universidade. A pesquisa, de abordagem quantitativa, objetiva analisar os perfis socioeconômico, demográfico e de saúde dos estudantes brasileiros e estrangeiros atendidos pela AE da Unila. Os dados foram coletados entre março e abril de 2019, tendo como fontes: o Sistema Integrado de Informações, cadastro socioeconômico, planilhas com avaliação socioeconômica, editais de seleção, documentos pessoais e atas de reunião da comissão de seleção. A amostra consistiu de 1.778 estudantes, matriculados entre 2014 e 2018, beneficiados pelos auxílios moradia, transporte e/ou alimentação, dentre os quais 52% brasileiros e 48% estrangeiros. Os dados foram organizados em planilhas no Excel, com posterior análise descritiva e apresentação dos resultados em números inteiros e porcentagens. Os resultados evidenciaram que 53% dos brasileiros e 45% dos estrangeiros são do sexo feminino; 46% dos brasileiros e 38,3% dos estrangeiros são da cor parda ou negra; a mãe é a principal fonte de renda para 26,1% dos brasileiros e 29,6% dos estrangeiros; e 19,4% dos brasileiros e 38,5% dos estrangeiros têm como renda bruta familiar até um salário-mínimo.

**Palavras-chave:** Universidade pública. Políticas públicas de educação. Assistência ao estudante.

Recebido em: 03/03/2020

Aprovado em: 30/08/2021



<http://www.perspectiva.ufsc.br>

 <http://doi.org/10.5007/2175-795X.2022.e71975>

**Abstract****Unila's Student Assistance Program: An analysis of the profile of Brazilian and foreign students**

The Federal University of Latin American Integration (Unila), created in 2010, during the governments of the Workers' Party in Brazil, predicted in its original project, the participation of 50% of Brazilian students and 50% of students from Latin American countries. Unila, offering different aids, for both groups, in the scope of Student Assistance (AE) of the University. The research, with a quantitative approach, aims to analyze the socioeconomic, demographic and health profiles of Brazilian and foreign students assisted by Unila's AE. Data were collected between March and April 2019, using as sources: the Integrated Information System, socioeconomic register, spreadsheets with socioeconomic assessment, selection notices, personal documents and minutes of the selection committee meeting. The sample consisted of 1,778 students, enrolled between 2014 and 2018, benefiting from housing, transportation and/or food allowances, including 52% Brazilians and 48% foreigners. Data were organized in Excel spreadsheets, with subsequent descriptive analysis and presentation of results in whole numbers and percentages. The results showed that 53% of Brazilians and 45% of foreigners are female; 46% of Brazilians and 38.3% of foreigners are brown or black; the mother is the main source of income for 26.1% of Brazilians and 29.6% of foreigners; and 19.4% of Brazilians and 38.5% of foreigners have a gross family income of up to one minimum wage.

**Keywords:**

Public University.  
Public Education  
Policies. Student  
assistance.

**Resumen****Programa de Asistencia Estudiantil de Unila: un análisis del perfil de estudiantes brasileños y extranjeros**

La Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (Unila), creada en 2010, durante los gobiernos del Partido de los Trabajadores en Brasil, preveía en su proyecto original, la participación del 50% de estudiantes brasileños y del 50% de estudiantes de países latinoamericanos, ofreciendo diferentes ayudas, para ambos colectivos, en el ámbito de la Asistencia al Estudiante (AE) de la Universidad. La investigación, con enfoque cuantitativo, tiene como objetivo analizar los perfiles socioeconómicos, demográficos y de salud de los estudiantes brasileños y extranjeros atendidos por la AE de la Unila. Los datos fueron recolectados entre marzo y abril de 2019, utilizando como fuentes: el Sistema Integrado de Información, registro socioeconómico, planillas con evaluación socioeconómica, avisos de selección, documentos personales y actas de reunión del comité de selección. La muestra estuvo compuesta por 1.778 estudiantes, matriculados entre 2014 y 2018, beneficiarios de subsidios de alojamiento, transporte y/o alimentación, siendo 52% brasileños y 48% extranjeros. Los datos fueron organizados en hojas de cálculo de Excel, con posterior análisis descriptivo y presentación de resultados en números enteros y porcentajes. Los resultados mostraron que el 53% de los brasileños y el 45% de los extranjeros son mujeres; el 46% de los brasileños y el 38,3% de los extranjeros son morenos o negros; la madre es la principal fuente de ingresos para el 26,1% de los brasileños y el 29,6% de los extranjeros; y el 19,4% de los brasileños y el 38,5% de los extranjeros tienen renta familiar bruta de hasta un salario mínimo.

**Palabras clave:**

Universidad  
Pública. Políticas  
de Educación  
Pública. Asistencia  
Estudiantil.

## Introdução

No decurso das últimas cinco décadas, o Ensino Superior do Brasil sofreu significativa expansão, o que pode ser constatado no aumento do número de matrículas, tanto no setor privado quanto no público. Segundo Neves (2012), a Educação Superior brasileira passou por duas ondas de expansão; a primeira entre 1960 até início dos anos 1980, durante o governo militar, e a segunda e mais intensa a partir do final dos anos 1990. As matrículas em 1960 eram de apenas 93 mil estudantes, 55,9% das quais em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. Em 1970, as matrículas saltaram para 425.478. Desse total, 49% no setor público. Em 1975, o número de matrículas saltou para 1.072.548 estudantes, das quais em torno de 62% no setor privado. Ambos os períodos de expansão foram marcados pelo crescimento do segmento privado, que definiu o padrão geral dessa expansão e permitiu a defesa do caráter elitista do Ensino Superior público, haja vista que o público beneficiado foram os estudantes procedentes das classes médias em ascensão (NEVES, 2012).

A busca pela superação do baixo índice de jovens nas universidades brasileiras culminou em um processo de reforma da Educação Superior, fundamentado, principalmente, no discurso da democratização do acesso a esse nível de ensino. Para isso, entre os anos 2003 e 2014, foram criadas políticas públicas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (Reuni), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012,<sup>1</sup> conhecida como Lei de Cotas (BRASIL, 2012).

Essas políticas permitiram a expansão das universidades, assim como a ampliação e democratização do acesso e permanência no Ensino Superior de jovens procedentes das classes populares, provocando mudanças importantes no perfil dos estudantes que acessam as IES, especialmente as de natureza pública. Se antes esse espaço era ocupado majoritariamente por um público elitizado, agora se observa maior diversidade de classes e frações de classes sociais (FONAPRACE, 2012).

As primeiras ações relacionadas com a Assistência Estudantil (AE), objeto da presente pesquisa, datam da década de 1930 e estão ligadas à consolidação das primeiras universidades brasileiras (NASCIMENTO, 2014). Nesse período, as ações de assistência ao estudante constituíam-se em mecanismos emergenciais e focalizados, centrados em programas de alimentação e moradia, tendo como marco a Casa do Estudante do Brasil, fundada no Rio de Janeiro, no início da década de 1930, com o objetivo de auxiliar os estudantes com dificuldades econômicas (KOWALSKI, 2012; SILVEIRA, 2012; NASCIMENTO, 2014).

Do ponto de vista legal, o reconhecimento da AE se deu a partir do Decreto nº 19.851/1931, denominado Lei Orgânica do Ensino Superior,<sup>2</sup> no qual são propostas medidas de beneficência aos estudantes, incluindo bolsa de estudos para os reconhecidamente pobres (IMPERATORI, 2017). Em 1934,

esta lei foi incorporada à Constituição Federal, que, em seu artigo 157, inciso II, afirmava que “[...] se aplicará em auxílio a estudantes necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e médica” (BRASIL, 1934).

No início do regime militar, com o fechamento da União Nacional dos Estudantes (UNE), colocou-se em suspenso a luta pela AE, retomada apenas a partir dos anos 1970, com o enfraquecimento da ditadura. Nesse período, observam-se algumas tentativas de estruturação da AE em esfera nacional, a exemplo do Departamento de Apoio ao Estudante, vinculado ao Ministério da Educação (MEC). O foco das ações centrava-se em programas de alimentação, moradia, assistência médica e odontológica (NASCIMENTO, 2014).

Na década de 1980, uma segunda fase da AE inicia-se em meio a um espaço favorável ao desenvolvimento de debates e apresentação de projetos de lei, que resultaram em uma nova configuração da política de AE nas universidades brasileiras. Em 1987, ocorre a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), órgão “[...] encarregado de discutir, elaborar e propor ao MEC a política de Promoção e Apoio ao Estudante” (FONAPRACE, 2012, p. 15).

A Constituição Federal de 1988 representou importante marco para a AE, haja vista ter garantido direitos sociais como a “[...] igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola” (BRASIL, 1988, Art. 206, inc. I).

A partir de 1990, com a ofensiva neoliberal, a AE perde espaço no que tange ao provimento por parte do governo. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) afirma: “Não constituirão despesas de manutenção e de desenvolvimento do ensino, aquelas realizadas com: programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social” (BRASIL, 1996, Art. 71, inc. IV).

Durante esse período, o Fonaprace realizou um trabalho de coleta de informações de estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), com o objetivo de determinar o perfil socioeconômico e cultural de seus estudantes, na intenção de estimular debates e formar políticas destinadas à permanência dos estudantes nestas instituições. Os dados levantados apontaram o perfil econômico dos estudantes e outros indicadores relacionados às necessidades de moradia, alimentação, transporte, saúde, manutenção e trabalho (DUTRA; SANTOS, 2017).

O resultado desse levantamento foi de suma importância para o processo de legitimação da AE em âmbito governamental. Com base nele, o Fonaprace elaborou e apresentou à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino superior (Andifes), em 2001, o Plano Nacional de AE, apontando diretrizes para a definição de programas e projetos, bem como as áreas estratégicas para o desenvolvimento da AE nas Ifes. No entanto, somente em 2007, com a atualização do referido Plano, inicia-se junto ao MEC um processo de discussão, com o objetivo de implementar o Plano Nacional de Assistência

Estudantil (PNAES), que veio a ser instituído pela Portaria nº 39, de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007).

O Reuni, implementado nesse mesmo período, apresentava como um de seus objetivos criar condições para a ampliação do acesso e permanência no Ensino Superior e tinha como diretriz a ampliação de políticas de inclusão e de AE, tornando-se assim um dos principais programas atrelados à reestruturação e expansão do Ensino Superior no País. A AE ganha maior notoriedade na esfera governamental e, em 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010b), o PNAES é transformado pelo Decreto-Lei nº 7.324,<sup>3</sup> “[...] dando um grande passo para que o PNAES saísse da dimensão de política de governo para política de Estado” (FONAPRACE, 2012, p. 62).

O PNAES é hoje o principal documento norteador da elaboração de políticas de AE. Tem como objetivos: I - democratizar as condições de permanência dos jovens na Educação Superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da Educação Superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. Delimita como público-alvo: “[...] prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio” (BRASIL, 2010b, p. 1).

A Unila, campo da presente pesquisa, foi criada em 12 de janeiro de 2010, pela Lei nº 12.189, no governo do presidente Lula, cujo posicionamento político era favorável à intensificação da integração entre os países latino-americanos. Com a criação da Unila, pretendia-se favorecer a integração regional em seu aspecto cultural e social, com a participação de 50% de brasileiros e 50% de estrangeiros compondo seu quadro discente e docente, além de propor o bilinguismo, a interdisciplinaridade, a tutoria e a interculturalidade como eixos orientadores (UNILA, 2013). Essa característica da Unila, associada ao fato de ainda não existir nenhum estudo sistemático sobre AE na instituição, foi decisiva para a escolha do tema.

Assim, definiu-se como objetivo de pesquisa analisar os perfis socioeconômico, demográfico e de saúde dos estudantes brasileiros e estrangeiros atendidos pelo programa de AE da Unila.

## **Materiais e método**

A pesquisa, de abordagem quantitativa, foi realizada na Unila, junto à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae) e a Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais (Proint).

A população foi composta por todos os alunos passíveis de serem atendidos pela AE que estivessem matriculados nos cursos de graduação presencial da Unila até 2018, totalizando 5.321 estudantes. A amostra foi constituída por todos os estudantes matriculados na Unila entre 2014 e 2018 e que estivessem sendo atendidos pela AE mediante recebimento de auxílio-moradia, transporte e/ou alimentação, o que

compreende 1.778 estudantes. O recorte temporal justifica-se pelo fato de que somente em 2014 o cadastro socioeconômico, principal instrumento de coleta de dados, passou a ser disponibilizado para preenchimento no formato eletrônico.

A coleta de dados se deu no período de março a abril de 2019, tendo como fontes: o Sistema Integrado de Informações da Unila – módulos graduação e assistência estudantil para coleta de dados de identificação, curso frequentado e tipo de seleção para acesso a Unila; o cadastro socioeconômico; as planilhas com a avaliação socioeconômica; os editais de seleção dos auxílios; os documentos apresentados pelos estudantes para concorrer aos auxílios; as atas de reunião da comissão de seleção e o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Os dados foram armazenados em uma planilha do Excel 2016, do pacote *office* da Microsoft, com dupla digitação, compondo um banco de dados próprio. Os resultados foram apresentados em tabelas e gráficos, em números absolutos e porcentagens, tendo a análise utilizado a estatística descritiva simples. A discussão buscou dialogar com a literatura da área, pautada nas Ciências Sociais e Aplicadas, bem como nas Ciências Humanas.

## Resultados e discussão

Na Tabela 1, abaixo, apresenta-se a distribuição dos estudantes atendidos pela AE segundo a nacionalidade. Dos 1.778 estudantes atendidos, 52% (n=924) são brasileiros e 48% (n=854) são de outras nacionalidades. Entre os estudantes estrangeiros, a maior quantidade é de colombianos, com 11% (n=195), seguidos de paraguaios, com 8% (n=143), e de haitianos, com 7% (n=121) dos estudantes. A menor porcentagem foi de guatemaltecos, com apenas 1% (n=2).

**Tabela 1** – Distribuição dos estudantes atendidos pela AE da Unila segundo a nacionalidade (2014-2018) – 2019

Nacionalidade	N	%
Brasileira	924	52,00
Colombiana	195	11,00
Paraguaia	143	8,00
Haitiana	121	7,00
Peruana	93	5,20
Boliviana	65	4,00
Chilena	51	3,00
Argentina	44	2,40
Equatoriana	38	2,10
Venezuelana	25	1,40
Salvadorenha	22	1,20
Uruguaia	22	1,20

Cubana	08	0,50
Costarriquenha	07	0,40
Mexicana	07	0,40
Dominicana	05	0,30
Hondurenha	03	0,20
Panamenha	03	0,20
Guatemalteca	02	0,10
<b>Subtotal</b>	<b>1778</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco de dados próprio.

Segundo dados nacionais (INEP, 2017), as duas IES do Brasil com maior número de estudantes internacionais em 2015 eram a Unila e a Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). O Censo da Educação Superior de 2018 (INEP, 2019) informa que o Brasil contava com 17.061 estudantes estrangeiros em seus cursos de graduação, de 176 diferentes nacionalidades, representando 0,2% do total de matrículas, entre os quais 45,6% eram do continente americano. Entre os países da América Latina e Caribe citados no censo, que fazem parte da lista dos 20 países com maior número de estudantes estrangeiros, estão: Paraguai (n=1.174), Bolívia (n=984), Argentina (n=901), Peru (n=885), Colômbia (n=589), Haiti (541), Uruguai (n=462), Chile (n=393) e Venezuela (n=285). Os dados da presente pesquisa também revelam uma diversidade de países (18) entre os estudantes estrangeiros atendidos pela AE na Unila, lembrando que aqui a proposta é priorizar estudantes latino-americanos.

Com relação ao sexo, entre os estudantes brasileiros prevalece o sexo feminino, com 53% (n= 488); já entre os estrangeiros, a maioria é do sexo masculino, com 55% (n= 466). A idade nos dois grupos mostra que a maior parte dos brasileiros e dos estrangeiros têm entre 20 e 30 anos; especificamente 54% (n=501) dos brasileiros e 68% (n=584) dos estrangeiros (Tabela 2):

**Tabela 2** – Sexo, idade, cor, estado civil, número de filhos, e fluência em outra língua de brasileiros e estrangeiros atendidos pela AE da Unila (2014-2018) – 2019 (continua)

Variáveis		Brasileiros		Estrangeiros	
		Nº	%	Nº	%
Sexo	Feminino	488	53,00	388	45,00
	Masculino	436	47,00	466	55,00
<b>Subtotal</b>		<b>924</b>	<b>100,00</b>	<b>854</b>	<b>854</b>
Idade	< que 20	339	37,00	212	25,00
	20 a 30	501	54,00	584	68,00
	31 a 40	65	7,00	52	6,00
	> que 40	19	2,00	06	1,00

<b>Subtotal</b>		924	100,00	854	854
Cor	Branca	416	45,00	394	46,00
	Parda	318	34,00	186	22,00
	Negra/Preta	109	12,00	140	16,30
	Indígena	44	5,00	71	8,30

**Tabela 2** – Sexo, idade, cor, estado civil, número de filhos, e fluência em outra língua de brasileiros e estrangeiros atendidos pela AE da Unila (2014-2018) – 2019 (conclusão)

Variáveis	Brasileiros		Estrangeiros		
	Nº	%	Nº	%	
Cor	Amarela	21	2,00	21	2,40
	Outra	-	-	-	-
	Não tem informação	16	2,00	42	5,0
<b>Subtotal</b>	<b>924</b>	<b>100,00</b>	<b>854</b>	<b>100,00</b>	
Estado Civil	Solteiro	857	93,00	831	97,00
	Casado	35	4,00	09	1,00
	Divorciado	04	0	-	-
	Outros	11	1,00	02	0
	Não tem informação	17	2,00	12	2,00
<b>Total</b>	<b>924</b>	<b>100,00</b>	<b>854</b>	<b>100,00</b>	
Número de filhos	0	758	82,00	724	85,00
	1	38	4,10	12	1,40
	2	15	1,60	03	0,30
	3	08	1,00	-	-
	Mais que 3	02	0,20	-	-
	Não tem informação	103	11,10	115	13,30
<b>Total</b>	<b>924</b>	<b>100,00</b>	<b>854</b>	<b>100,00</b>	
Fluência em outra língua	Sim	198	21,40	162	19,00
	Não	613	66,30	545	64,00
	Não tem informação	113	12,30	147	17,00
<b>Total</b>	<b>924</b>	<b>100,00</b>	<b>854</b>	<b>100,00</b>	

**Fonte:** Banco de dados elaborado pela autora, 2019.

Sinais convencionais utilizados: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.  
0 Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo.

Sobre a cor autodeclarada, entre os brasileiros, a maioria declara-se branca, com 45% (n=416), seguida dos pardos, com 34% (n=318). Os estudantes de cor negra/preta representam um percentual pequeno 12% (n=109) se comparados com os que se declaram brancos, no entanto a soma entre os autodeclarados pardos e negros/pretos é de 46% (n=427), equiparando-se ao total de brancos. No que diz respeito aos estrangeiros, a maioria se declara de cor branca (46%, n=394), seguida dos pardos, com 22% (n=186), e dos estudantes de cor negra/preta, com 16,3% (n=140). A soma de estudantes estrangeiros que se declaram pardos e negros/pretos é de 38,3% (n=326). Neste aspecto, deve-se considerar que houve edital específico para haitianos, cuja grande maioria é negra. Entre os estrangeiros, há mais indígenas, com 8,3% (n=71), do que entre os brasileiros (5%, n=44) (Tabela 2).

A Tabela 2 revela também que tanto brasileiros quanto estrangeiros, em sua maioria, não possuem filhos, no entanto a soma de estudantes com um ou mais filhos equivale a 7% (n=63) entre os brasileiros e a 2% (n=15) entre os estrangeiros. Sobre a fluência em outra língua, a maioria dos brasileiros (66,3%, n=613) e dos estrangeiros (64%, n=545) não tinha fluência em outra língua ao ingressar na Unila. Sobre a fluência em outra língua, importa dizer que 65,1% do total dos estudantes atendidos pela AE no período da pesquisa não tinham fluência em outra língua além da língua natal. Entre as línguas citadas como outras línguas fluentes estão: inglês, francês, crioulo, quéchua e alemão.

Segundo a V Pesquisa Nacional sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação de Universidades Federais, realizada em 2018 (FONAPRACE, 2019), a taxa de participação do sexo feminino é maior (54,6%) do que a do sexo masculino (45,1%). Desse modo, os resultados apresentados pelo Fonaprace (2019) corroboram os resultados obtidos na presente pesquisa em relação aos estudantes brasileiros, entre os quais prevalece o sexo feminino (53%).

Barreto (2014, p. 12) afirma que, no Brasil, este cenário de ocupação majoritária das mulheres no nível superior “[...] não afasta as distorções de gênero que, articuladas a outros vetores de desigualdade social, como raça/etnia, ainda estão presentes e limitam a equidade na distribuição de oportunidades”. As possíveis causas para essa nova realidade de mais mulheres no Ensino Superior pode ser “[...] resultado da entrada precoce de rapazes no mercado de trabalho, o que dificultaria a conciliação entre o emprego e a frequência escolar”. Diferentemente disso, os nossos achados revelaram maior porcentagem de estudantes do sexo masculino entre os estrangeiros (55%). Nesse aspecto, em seu estudo sobre migrações internacionais motivadas por estudo, Ojima *et al.* (2014) apontam que não há grande diferenciação do ponto de vista da composição por sexo, sendo 51,7% masculino e 48,7% feminino.

Segundo Ferreira (2019), em estudo realizado com estudantes imigrantes da Unila, a média do total de imigrantes universitários matriculados na instituição em 2017 era de 53,9% de estudantes do sexo masculino e 47,1% do sexo feminino. A similitude entre os resultados nos permite identificar diferença

relativamente pequena entre os estudantes do sexo masculino e feminino, sendo possível aproximar a discussão dos nossos achados com o fenômeno social da feminização nas imigrações, discutido por Dutra (2017). Segundo a autora, historicamente, as mulheres sempre fizeram parte dos fluxos migratórios, seja nas migrações familiares, seja em busca de autonomia, formação e Ensino Superior.

Em relação às variáveis cor e raça, os resultados da pesquisa Desigualdades Sociais por Cor e Raça (IBGE, 2019, p. 9) revela que estudantes pretos ou pardos passaram a compor maioria nas IES da rede pública do País (50,3%). “Entretanto, seguiam sub-representados, visto que constituíam 55,8% da população, o que respalda a existência das medidas que ampliam e democratizam o acesso à rede pública de ensino superior”. Os dados da presente pesquisa revelam menos negros e pardos atendidos pela AE na Unila: apenas 34% entre os brasileiros e 38,3% entre estrangeiros. Em nossos achados, os autodeclarados indígenas também estão sub-representados entre brasileiros (5%) e estrangeiros (8,3%).

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2015), em 2010, a população indígena foi estimada em cerca de 45 milhões de pessoas na América Latina, das quais 17 milhões vivem no México e 7 milhões no Peru. Entretanto, os países com maior proporção de população indígena são Bolívia (62,2%), Guatemala (41%), Peru (24%) e México (15,1%). Segundo o estudo, com 900 mil indígenas, o Brasil tem o maior número de comunidades indígenas do continente (305), seguido pela Colômbia (102), pelo Peru (85), pelo México (78) e pela Bolívia (39).

Os dados apresentados na Tabela 3 informam com quem os estudantes residiam antes de ingressarem na Unila. Sobre isso, observou-se que a maioria dos brasileiros residia com os pais 59% (n=548), e 13% (n=121) não tinham informação sobre essa variável. Entre os estudantes estrangeiros, a maioria 53% (n=452) também residia com os pais, e 18,5% (n=158) não tinham essa informação.

**Tabela 3** – Com quem residiam brasileiros e estrangeiros atendidos pela AE da Unila (2014-2018) – 2019

Antes de ingressar na Unila, você morava com quem?	Brasileiros		Estrangeiros	
	Nº	%	Nº	%
Com os pais	548	59,00	452	53,00
Não tem informação	121	13,00	158	18,50
Com cônjuge e/ou filhos	64	7,00	09	1,00
Com parentes	61	6,60	165	19,00
Sozinho	43	5,00	22	3,00
Em república/pensão	20	2,00	06	0,70
Com amigos	34	4,00	30	3,50
Em casa de estudante	09	1,00	05	0,50
Outro	20	2,00	07	0,80
Em casa de abrigo	04	0,40	-	-
<b>Total</b>	<b>924</b>	<b>100,00</b>	<b>854</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** elaborada pela autora (2019).

Sinal convencional utilizado: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Na variável ‘com quem residiam antes de ingressar na Unila’, é possível observar, na Tabela 3, que entre os brasileiros e estrangeiros existe um percentual relevante de estudantes cujo local de residência anterior ao ingresso na IES demonstra outros arranjos familiares e de apoio: 27,5% (n=490) do total geral dos estudantes moravam com parentes, sozinhos, em repúblicas e pensões. Chama atenção ainda o percentual pequeno 0,4% (n=4), mas de importante significado social, de estudantes advindos de casas de abrigo.

Chamamos a atenção, em nossos estudos, para o fato de 27,5% estudantes apresentarem diferentes arranjos familiares e de apoio que não aquele pautado no modelo de família nuclear. O olhar atento para esse dado dialoga com a compreensão de Miotto (2003, p. 1) sobre a família:

[...] as transformações da família estão intrínseca e dialeticamente condicionadas às transformações societárias contemporâneas, a saber, às transformações econômicas e sociais, às transformações de hábitos e costumes e ao avanço da ciência e da tecnologia. O novo cenário tem remetido à própria discussão do que seja família. [...] nessa perspectiva pode-se dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um espaço constituído de pessoas que se empenham umas com as outras de modo contínuo, estável e não casual.

Sobre a característica do local de domicílio dos estudantes brasileiros e estrangeiros, observou-se que a maioria é urbana, tanto entre brasileiros (83%, n=766) como entre estrangeiros (54%, n=466). Os estudantes estrangeiros apresentaram maior percentual de domicílio rural, com 32% (n=270), enquanto apenas 6% (n=57) dos brasileiros residiam em áreas rurais (Tabela 4).

**Tabela 4** – Característica do local de domicílio de origem dos estudantes atendidos pela AE da Unila - 2019

Categoria	Brasileiros		Estrangeiros		
	Nº	%	Nº	%	
O local onde está inserido seu domicílio tem características tipicamente	Urbanas	766	83,00	466	54,00
	Rurais	57	6,00	270	32,00
	Não tem informação	101	11,00	118	14,00
<b>Total</b>	<b>924</b>	<b>100,00</b>	<b>854</b>	<b>100,00</b>	

**Fonte:** elaborada pela autora (2019).

Outro ponto a ser destacado em nossos resultados refere-se às características do local de moradia dos estudantes brasileiros atendidos pela AE na Unila, cuja maioria (83%) residia em áreas urbanas. Este dado pode estar relacionado com o intenso processo de urbanização pelo qual o Brasil passou nas últimas décadas. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, a maior parte da população brasileira (84,72%) vive em áreas urbanas, ao passo que 15,28% vivem em áreas rurais (IBGE, 2015).

Com relação à composição familiar, à principal fonte de renda, à renda bruta e à renda *per capita* de brasileiros e estrangeiros, observou-se que a composição familiar dos estudantes brasileiros, na maioria dos

casos, é de 3 (25%) ou 4 (25,4%) membros. Entre os estrangeiros, na maioria dos casos, a composição predominante ficou entre 4 (15,5%) e 5 (23%) membros (Tabela 5).

**Tabela 5** – Composição familiar, principal fonte de renda, renda familiar bruta e renda *per capita* de brasileiros e estrangeiros atendidos pela AE da Unila (2014-2018) – 2019

Descrição	Brasileiros		Estrangeiros		
	Nº	%	Nº	%	
Composição familiar (número de membros)	1	82	9,00	15	2,00
	2	176	19,00	46	5,30
	3	229	25,00	71	8,30
	4	235	25,40	133	15,50
	5	110	12,00	195	23,00
	6	26	3,00	90	10,50
	7	13	1,40	126	14,70
	8	02	0,20	24	2,80
	9 ou mais	01	0	45	5,20
Não tem informação	50	5,00	109	12,70	
<b>Total</b>	<b>924</b>	<b>100,00</b>	<b>854</b>	<b>100,00</b>	
Principal fonte de renda	Mãe	242	26,10	253	29,60
	Pai	147	16,00	218	25,50
	Avó	123	13,30	15	1,70
	Avô	118	12,70	05	0,60
	Estudante	63	7,00	16	2,00
	Outros	119	12,80	189	22,10
Não tem informação	112	12,10	158	18,50	
<b>Total</b>	<b>924</b>	<b>100,0</b>	<b>854</b>	<b>100,00</b>	
Renda bruta familiar em salários-mínimos	Até 1 salário-mínimo	180	19,40	329	38,50
	> 1 até 2 salários-mínimos	330	36,00	274	32,00
	> 2 até 3 salários-mínimos	182	19,60	76	8,80
	> 3 salários-mínimos	186	20,00	58	7,00
	Não tem informação	46	5,00	117	13,70
<b>Total</b>	<b>924</b>	<b>100,0</b>	<b>854</b>	<b>100,00</b>	
Renda <i>per capita</i>	Zero a ½ salário-mínimo	347	37,50	459	54,00
	> ½ até 1 salário-mínimo	398	43,00	251	29,30
	> 1 até 1 ½ salário-mínimo	134	14,50	27	3,0
	> 1 ½ salário-mínimo	-	-	-	-
	Não tem informação	45	5,00	117	13,70
<b>Total</b>	<b>924</b>	<b>100,00</b>	<b>854</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: elaborada pela autora (2019).

Sinal convencional utilizado: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

0 Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo.

Com relação à principal fonte de renda, tanto entre os estudantes brasileiros como entre os estrangeiros, a mãe prevalece como responsável, com 26,1% (n=242) e 29,6% (n=29,6), respectivamente. Somando-se pai e mãe, têm-se 42,1% (n=389) de brasileiros e 55,1% (n=471) de estrangeiros. Chama a atenção, entre os brasileiros, que 26% (n=241) têm os avós como principal fonte de renda (Tabela 5).

Sobre a renda bruta familiar e a renda *per capita*, os estrangeiros apresentam piores resultados que os brasileiros: 19,4% (n=180) dos brasileiros e 38,5% (n=329) dos estrangeiros tinham renda familiar bruta de até 1 salário-mínimo no período de ingresso na Unila.<sup>4</sup> Quanto à renda *per capita*, 37,5% (n=347) dos brasileiros e 54% (n=459) dos estrangeiros recebiam de zero a meio-salário mínimo (Tabela 5).

Nossos achados revelaram que, entre os brasileiros (26%), a principal fonte de renda são os avós. De acordo com matéria divulgada no jornal *O Estado de São Paulo* (BRANDÃO; CHIARA, 2018), com a crise econômica, “[...] aposentadorias ganharam espaço no orçamento familiar e pelo menos 10,8 milhões dependem hoje da renda de idosos para viver”. Em 2018, o número de residências em que mais de 75% da renda vêm de aposentadorias cresceu 12%: de 5,1 milhões para 5,7 milhões.

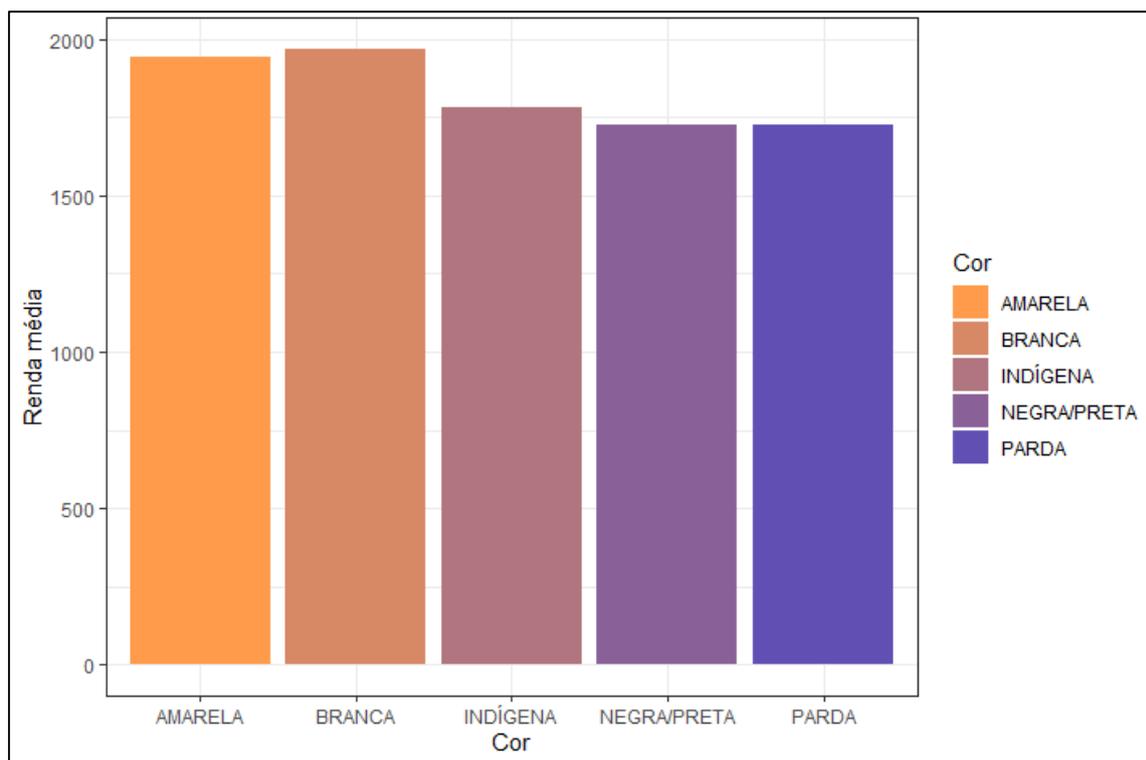
Sobre a variável renda *per capita*, nossos achados mostraram que 37,5% dos brasileiros e 54% estrangeiros recebiam de zero a meio salário-mínimo, o equivalente a R\$ 499,00, com base no salário-mínimo vigente em 2018. Salientamos que a faixa de renda familiar de ‘até um salário-mínimo e meio’ é a referência utilizada pelo MEC para o acesso às políticas educacionais e para concessão dos auxílios do PNAES, que norteiam as ações de assistência estudantil da Unila, bem como para o enquadramento no perfil de 50% dos cotistas oriundos de escolas públicas, segundo a Lei de Cotas, nas vagas das Ifes (BRASIL, 2012).

Quanto à renda mensal familiar bruta dos estudantes exibida em nossos estudos, 19,4% dos brasileiros e 38,5% dos estrangeiros tinham renda familiar bruta de até 1 salário-mínimo. Apenas 20% das famílias dos estudantes brasileiros e 7% das famílias dos estudantes estrangeiros apresentavam renda familiar com mais de 3 salários-mínimos no período da pesquisa.

Segundo matéria divulgada na BBC News Brasil (2019), dos salários-mínimos de países da América Latina, em 2018, o mais alto era o do Panamá (US\$ 744), seguido por Costa Rica (US\$ 463), Uruguai (US\$ 428), Chile (US\$ 420), Equador (US\$ 386), República Dominicana (US\$ 236), Brasil (US\$ 243), Haiti (US\$ 161), México (US\$ 138) e Venezuela (US\$ 45).

Ao se realizar o cruzamento entre as variáveis renda e cor (Gráfico 1), observou-se que há diferença, para menor, na renda média entre os autodeclarados negros/pretos, pardos e indígenas, quando comparados com os autodeclarados brancos:

**Gráfico 1** – Renda média e cor de brasileiros e estrangeiros atendidos pela AE da Unila (2014-2018) – 2019



Fonte: elaborado pela autora.

Os dados chamam a atenção para a diferença, para menos, na média salarial dos estudantes brasileiros e estrangeiros autodeclarados negros, pardos e indígenas, quando comparada com os salários daqueles que se autodeclararam brancos. Essas diferenças são evidenciadas também pelos dados do IBGE (2018), que, histórica e regionalmente, demonstram que a população branca obtém vantagem no tocante aos rendimentos do trabalho: “Em 2018, o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas brancas (R\$ 2.796,00) foi 73,9% superior ao das pretas ou pardas (R\$ 1.608,00)” (IBGE, 2018, p. 3).

A Cepal (2018) divulgou estudo abordando diferenças de renda entre a população branca e afrodescendente em países da América do Sul. No Brasil, Equador, Peru e Uruguai, trabalhadores negros ganham menos que os brancos, mesmo quando têm formação igual. Entre os brancos e a população indígena também foram identificadas diferenças salariais significativas na Bolívia, no Brasil, no Chile, no Equador, na Guatemala, no México, na Nicarágua, no Peru e no Uruguai.

Os resultados refletem a desigualdade social e econômica da América Latina, onde a distribuição de renda, historicamente, figura entre os piores índices do mundo. Para Mendonça (2009, p. 86), “[...] a diferença entre o salário-mínimo almejado pela maior parte da população e o salário da classe média pode atingir dez ou vinte vezes mais do que os salários dos extratos mais altos da classe média”.

Em notícia divulgada pelo Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz (2019), no Brasil, o rendimento médio mensal de 1% da parcela mais rica da população brasileira alcançou, em 2018, o

equivalente a 33,8 vezes o ganho obtido pela metade mais pobre. Os 50% mais pobres ganham em média R\$ 820,00 por mês, ao passo que, no topo, a parcela de maior renda ganhou em média R\$ 27.744,00.

A principal fonte de renda se concentra na atividade laboral de prestador de serviços, em ambos os grupos, alcançando 25% (n=229) entre os brasileiros e 21% (n=179) entre os estrangeiros. Filhos de empregadas domésticas ou auxiliares de serviços gerais são 15,4% (n=143) dos brasileiros e 5,2% (n=45) dos estrangeiros. Por outro lado, entre estrangeiros, os profissionais liberais são 16% (n=134), e apenas 1% (n=12) entre os brasileiros (Tabela 6).

**Tabela 6** – Atividade Laboral da principal fonte de renda de brasileiros e estrangeiros atendidos pela AE da Unila (2014-2018) – 2019

Atividade laboral da principal fonte de renda	Brasileiros		Estrangeiros	
	Nº	%	Nº	%
Prestadores de serviços	229	25,00	179	21,00
Autônomos	144	15,50	28	3,00
Empregadas domésticas/auxiliares de serviços gerais	143	15,40	45	5,20
Comerciantes	102	11,00	76	8,80
Aposentados/pensionistas	89	10,00	111	13,0
Professores	64	7,00	71	8,30
Trabalhadores rurais	15	1,60	64	7,40
Profissionais liberais	12	1,00	134	16,00
Microempresários	05	0,50	03	0,30
Não tem informação	121	13,00	143	17,00
<b>Total</b>	<b>924</b>	<b>100,00</b>	<b>854</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** elaborada pela autora (2019).

De acordo com Felipe (2018, p. 857), “[...] um dos elementos mais diretamente relacionados à renda familiar, com impacto não apenas na sua composição como na sua estabilidade, se refere ao tipo de inserção ocupacional do principal responsável financeiro”. Nesse aspecto, nossos achados mostram que, em termos proporcionais, os responsáveis financeiros pelos estudantes são predominantemente trabalhadores cuja atividade laboral concentra-se na prestação de serviços:<sup>5</sup> 25% dos brasileiros e 21% dos estrangeiros. São trabalhadores que atuam em espaços ocupacionais resultantes das

[...] modificações do emprego estrutural, caracterizadas pela flexibilização produtiva e segmentação dos trabalhadores em estruturas ocupacionais cada vez mais complexas e a expansão dos serviços trazem desestabilização da ordem do trabalho, sua precarização e insegurança. (YASBEK, 2016, p. 8).

A distribuição dos brasileiros e estrangeiros atendidos pela AE, por curso e nacionalidade (Tabela 7), revela que os três cursos com maior quantidade de estudantes brasileiros são: História/História da América Latina, com 7,5% (n=69), seguidos dos cursos de Cinema e Áudio, com 5,3% (n=49) cada, e de

Antropologia e Diversidade Cultural Latino-Americana, com 5% (n=44). Entre os estrangeiros, os três cursos com maior número de estudantes atendidos pela AE são: Relações Internacionais e Integração, com 7% (n=58); Medicina e Ciências Econômicas - Economia, Integração e Desenvolvimento, ambos com 6,2% (n=53). Se entre os estrangeiros o curso de Medicina ocupa o 2º lugar, entre os brasileiros está em 14º lugar.

**Tabela 7** – Distribuição por curso de brasileiros e estrangeiros atendidos pela AE da Unila (2014-2018) – 2019 (continua)

Curso	Brasileiros		Estrangeiros	
	N	%	N	%
História/História da América Latina	69	7,50	15	1,70
Cinema e Audiovisual	49	5,30	36	4,20
Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana	44	5,00	22	2,60
Medicina	31	3,40	53	6,20
Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento	37	4,00	53	6,20
Engenharia Civil de Infraestrutura	42	4,50	49	5,70
Engenharia de Energia	42	4,50	49	5,70
Relações Internacionais e Integração	41	4,40	58	7,00
Administração Pública e Políticas Públicas	26	3,00	40	4,70

**Tabela 7** – Distribuição por curso de brasileiros e estrangeiros atendidos pela AE da Unila (2014-2018) – 2019 (conclusão)

Curso	Brasileiros		Estrangeiros	
	N	%	N	%
Arquitetura e Urbanismo	19	2,00	35	4,00
Biotecnologia	36	4,00	42	5,00
Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina	19	2,00	41	4,80
Ciências Biológicas – Ecologia e Biodiversidade	42	4,50	48	5,60
Ciências da Natureza – Biologia, Física e Química	29	3,10	10	1,20
Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar	28	3,00	34	4,00
Engenharia de Materiais	28	3,00	31	3,60
Engenharia Física	24	2,50	26	3,00
Engenharia Química	34	3,60	34	4,00
Filosofia	29	3,00	20	2,30
Geografia (Bacharelado)	39	4,20	11	1,30
Geografia (Licenciatura)	41	4,40	02	0,20
Letras - Artes e Mediação Cultural	41	4,40	28	3,00
Letras – Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras	27	3,00	19	2,00
Matemática	14	1,50	06	0,80

Música	16	2,00	22	2,50
Química	13	1,40	6	1,00
Saúde Coletiva	29	3,00	40	4,70
Serviço Social	35	3,80	24	3,00
<b>Subtotal</b>	<b>924</b>	<b>100,00</b>	<b>854</b>	<b>100,00</b>

Fonte: elaborada pela autora (2019).

Sobre a distribuição do atendimento realizado pela AE da Unila, por curso, observa-se a tendência, entre os estudantes estrangeiros, de buscar cursos de maior status social, como Relações Internacionais, Ciências Econômicas e Medicina. Uma hipótese para isso, compartilhada pelos estudos de Ferreira (2019, p. 60), é de que a procura por estes cursos ocorra em função de “[...] atender às expectativas familiares e comunitárias em torno da formação em cursos com forte valorização social no exterior”. Outro ponto a se considerar diz respeito às possibilidades de acesso e permanência nesses cursos nos países de origem desses discentes, além da demanda de profissionais dessas áreas em seus respectivos países.

Entre os estudantes brasileiros, os dados indicam a baixa inserção em cursos historicamente elitistas, como a Medicina. Este dado pode ser compreendido à luz dos argumentos de Ristoff (2013, p. 743), que afirma que “[...] a origem social do educando e a situação socioeconômica das famílias são fatores determinantes na trajetória rumo à Educação Superior e na escolha do curso de graduação”. Em seu estudo, o autor aponta o perfil de estudantes de cursos de alta demanda como Medicina, com renda mensal de mais de 10 até 30 salários-mínimos; e noutro extremo, aqueles inseridos em cursos de baixa relação candidato/vaga, como História e Pedagogia, cuja renda não ultrapassa 3 salários-mínimos.

Os dados relativos à percepção da saúde dos estudantes (Tabela 8) mostram que parte expressiva dos brasileiros 83% (n=765) e dos estrangeiros 83% (n=712) declararam não possuir deficiência física. Entre as deficiências relatadas, a maior é a baixa visão, com 2,2% (n=20) e 2% (n=19), respectivamente. Nove por cento (n=83) dos brasileiros e 2% (n=16) dos estrangeiros declararam possuir doença crônica ou grave. Não possuem cartão do Sistema único de Saúde (SUS) 9,4% (n= 87) dos brasileiros e 12,4% (n=106) dos estrangeiros.

**Tabela 8** – Percepção sobre a saúde e suporte para assistência entre brasileiros e estrangeiros atendidos pela AE da Unila (2014-2018) – 2019 (continua)

Variáveis	Brasileiro		Estrangeiros	
	Nº	%	Nº	%
Eu não sou uma pessoa com deficiência	765	83,00	712	83,00
Pessoa com deficiência?				
Com baixa visão	20	2,20	19	2,00
Cega	04	0,40	02	0,30
Deficiência auditiva	04	0,40	03	0,40
Deficiência intelectual	01	0,10	-	-

Deficiência física	04	0,40	02	0,30
Deficiência múltipla	-	-	-	-
Deficiência psicossocial (TGD, TEA, outras)	05	0,50	-	-
Surda (língua de sinais)	-	-	-	-
Não tem informação	121	13,00	116	14,00
<b>Total</b>	<b>924</b>	<b>100,00</b>	<b>854</b>	<b>100,00</b>

**Tabela 8** – Percepção sobre a saúde e suporte para assistência entre brasileiros e estrangeiros atendidos pela AE da Unila (2014-2018) – 2019 (conclusão)

Variáveis		Brasileiro		Estrangeiros	
		Nº	%	Nº	%
Possui Cartão SUS?	Sim	733	79,30	667	78,10
	Não	87	9,40	106	12,40
	Não tem informação	104	11,30	81	9,50
<b>Total</b>		<b>924</b>	<b>100,00</b>	<b>854</b>	<b>100,00</b>
Possui doença crônica e ou grave?	Sim	83	9,00	16	2,00
	Não	727	79,00	735	86,00
	Não tem informação	114	12,00	103	12,00
<b>Total</b>		<b>924</b>	<b>100,00</b>	<b>854</b>	<b>100,00</b>

Fonte: elaborada pela autora (2019).

Com relação à saúde dos estudantes, a maioria dos brasileiros (79,3%) e dos estrangeiros (78,1%) possui cartão do SUS. Do total dos estudantes brasileiros e estrangeiros, 60,6% não possuem planos de saúde (dados não apresentados em tabela), dependendo então do atendimento prestado pelo SUS. Segundo Giovanella *et al.* (2018, p. 1764), “[...] o Brasil é o único país capitalista da América Latina que adotou um modelo de sistema público universal desde 1988 e que reconhece saúde como direito de cidadania”. O princípio da universalidade proposto pelo SUS defende a saúde como direito de todos os cidadãos que estiverem em território nacional, inclusive os estrangeiros – não importa se estudantes, turistas ou refugiados, com ou sem visto. É por meio do SUS que a maioria de cidadãos brasileiros, assim como os estrangeiros estudantes da Unila, tem acesso à atenção à saúde como direito humano.

## Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo analisar os perfis socioeconômico, demográfico e de saúde dos estudantes brasileiros e estrangeiros atendidos pelo programa de AE da Unila. Para isso, procedeu-se a um apunhado histórico da AE no Brasil, explorando-se o contexto do surgimento da Unila como um instrumento de integração latino-americana.

Quanto aos perfis socioeconômico e demográfico dos discentes, a pesquisa revelou quem são os estudantes atendidos pela AE da Unila, evidenciando algumas das vulnerabilidades às quais estão suscetíveis. São jovens provenientes da classe trabalhadora, cuja renda *per capita*, em sua maioria, não ultrapassa um salário-mínimo e têm na figura feminina (mães e avós) o principal esteio econômico da família. Os responsáveis pela renda familiar desempenham atividades laborais sujeitas a menores salários.

Todos os discentes, em conformidade com o propósito da AE, estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mas os resultados indicam maior vulnerabilidade entre aqueles autodeclarados negros, pardos e indígenas. Estes estão em menor representatividade, além de apresentarem menores rendas familiar e *per capita*.

O perfil de saúde foi um fator limitante da pesquisa, haja vista a ausência de informações importantes sobre a saúde dos estudantes estrangeiros. Faz-se necessário que a universidade lance mão de instrumentos mais equânimes de coleta de dados sobre a saúde dos estudantes, tanto dos brasileiros quanto dos estrangeiros.

Por fim, a pesquisa permitiu a conformação de um olhar mais cuidadoso sobre os estudantes atendidos pela AE na Unila, e as vulnerabilidades de cunho social, econômico e político a que estão expostos, permitindo-nos afirmar que a AE estudantil tem papel fundamental para a permanência destes na Universidade.

---

### Notas

<sup>1</sup> A Lei n.º 12.711/2012 garante a reserva de 50% das matrículas por curso ou turno nas universidades federais e institutos federais de educação, ciências e tecnologia a alunos oriundos integralmente do Ensino Médio público, em cursos regulares ou de Educação de Jovens e Adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

<sup>2</sup> Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras.

<sup>3</sup> Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Decreta que o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

<sup>4</sup> Os salários-mínimos vigentes no período considerado para a pesquisa eram: R\$ 724,00 (2014), R\$ 788,00 (2015), R\$ 880,00 (2016), R\$ 937,00 (2017) e R\$ 954,00 (2018).

<sup>5</sup> Para este estudo, consideramos como prestadores de serviços: pedreiros, taxistas, motoristas de aplicativos, mecânicos, marceneiros, encanadores, manicures, seguranças, costureiras, entre outros.

### Referências

BARRETO, Andreia. A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 3-6, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3s8X1Kd>. Acesso em: 31 jan. 2020.

BARRÍA, Cecília. Qual é o custo de vida no Chile em comparação com o Brasil e outros países da América Latina?. **BBC News Brasil**, 2019. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50161876>

BRASIL [Constituição (1934)]. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Institui a Constituição Federal do Brasil. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 16 jul. 1934. Disponível em: <https://bit.ly/33zFu3R>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 5 out. 1988. Disponível em: <https://bit.ly/3E0u59R>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://bit.ly/3q3vkQz>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1, p. 7, 25 abr. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3J3KldU>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010a. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 13 jan. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/31T6Npr>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010b. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1, p. 5, 20 jul. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3pZOPcF>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico e de nível médio. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 30 ago. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3F2owJ0>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior – 2018**: notas estatísticas. Brasília, 2019.

BRANDÃO, Raquel; CHIARA, Márcia de. Número de lares que dependem da renda de aposentados crescem 12% ao ano. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 jul. 2018. Disponível: <https://bit.ly/3F2owJ0>. Acesso em 16 fev. 2020.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Os Povos indígenas na América Latina**: avanços na última década e desafios pendentes para garantia de seus direitos. Síntese. Santiago, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3m7mL5Y>. Acesso em: 15 fev. 2020.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Relatório Panorama Social da América Latina**. Santiago, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3GJHrf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

DUTRA, Délia. Feminização das migrações. In: CAVALCANTI, L.; BOTEGA, T.; TONHATI, T; ARAÚJO, D. (org.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: UnB, 2017. p. 325-327.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, mar. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3F1V3PF>. Acesso em: 18 jun. 2018.

FELIPPE, Jonis Manhães Sales. Perfil socioeconômico dos estudantes demandantes e atendidos pela assistência estudantil no Instituto Federal Fluminense Campos-Centro. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 12, n. 3, p. 852-866, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3sfelO1>. Acesso em: 20 nov. 2021.

FERREIRA, Alisson. Vinícios S. **Imigração e saúde mental**: narrativas de estudantes latino-americanos em uma universidade intercultural. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3DZLkYD>. Acesso em: 20 nov. 2021.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Revista Comemorativa 25 Anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia: Andifes, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3ITlid9>. Acesso em: 17 jun. 2018.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Minuta Política Nacional de Assistência Estudantil (2013-2020)**. Brasília: Fonaprace, 2013.

GIOVANELLA, Ligia. *et al.* Sistema universal de saúde e cobertura universal: desvendando pressupostos e estratégias. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1763-1776, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3ysJAWK>. Acesso em: 11 fev. 2020.

INEP/MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior. Notas Estatísticas-2017. Disponível em

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2018/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2017-notas\\_estatisticas2.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf)> Acesso em 25 de nov. 2019

INEP/MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior. Notas Estatísticas-2019. Disponível em

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2019/ce\\_nso\\_da\\_educacao\\_superior\\_2018-notas\\_estatisticas.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/ce_nso_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf)> Acesso em 28 de nov. 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015. Síntese de Indicadores. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3q2F2T8>. Acesso em: 16 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) 2018. IBGE, Rio de Janeiro, 16 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3yvviVd>. Acesso em: 1 fev. 2020.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3m4BMWc>. Acesso em: 20 nov. 2021.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio da garantia de direitos**. 2012. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3m4BMWc>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MENDONÇA, Luiz Jorge Vasconcellos Pessoa de. América Latina: da desigualdade social à desigualdade econômica. **Argumentum**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 78-91, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3q3hlKi>. Acesso em: 17 fev. 2020.

MIOTO, Regina. Celia. Tamasso. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 163-176, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3s938OF>. Acesso em: 29 jan. 2020.

NASCIMENTO, Clara Martins. A assistência estudantil consentida: na contrarreforma universitária dos anos 2000. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 23, n. 53, p. 88-103, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3yv6Weq>. Acesso em: 20 nov. 2021.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão. *In*: INTERNATIONAL CONGRES OF LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION (LASA), 30. 2012, São Francisco, CA. **Anais** [...]. Pittsburgh: LASA, 2012. p. 1-18. Disponível em: <https://bit.ly/3pZTHOZ>. Acesso em: 20 nov. 2021.

OJIMA, Ricardo *et al.* Migrações internacionais motivadas por estudo: uma análise sociodemográfica dos estudantes estrangeiros radicados no Brasil. **Revista PerCursos**, [S. l.], v. 15, n. 28, p. 166-189, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3md649r>. Acesso em: 15 fev. 2020.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do *campus* brasileiro: Uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3J3PSBc>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SILVEIRA, Miram Moreira da. **A assistência estudantil no ensino superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCPe\\_3ef3f1b2456cad39d8b8abedeefc332a](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCPe_3ef3f1b2456cad39d8b8abedeefc332a). Acesso em 18 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2013-2017)**. Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3sbBd0B>. Acesso em: 19 maio 2018.

VILHENA, Andréa. Aumento recorde de desigualdade no país requer investimento social. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz/Fiocruz 2019. Disponível em <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1062>

YASBEK, Maria Carmelita. O Desafio da defesa das Políticas Públicas para o Serviço Social. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 1, p. 6-13, 8 maio 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3m5AsT5>. Acesso em: 20 nov. 2021.